

Política

CONSTITUINTE

A CONSTITUIÇÃO DOS MISERÁVEIS

Com "cócegas na língua", Ulysses Guimarães não se conteve ao receber o projeto de Bernardo Cabral e deitou o verbo: para ele, a nova Carta favorece os pobres.

Recebido ontem no Congresso nacional com todas as honras de Presidente da República em exercício e conduzido ao seu próprio gabinete, para, ao lado do presidente interino da Constituinte, Mauro Benevides (PMDB-CE), receber do relator Bernardo Cabral o projeto que irá à votação em segundo turno, Ulysses Guimarães empolgou-se com a presença de tantos repórteres e câmeras de televisão — "dá cócegas na língua", disse — e exaltou a futura Constituição.

"Depois da promulgação temos um novo Brasil", prometeu. Esta não será uma Constituição para consulta de burocratas, mas uma Constituição com cheiro de povo, uma Constituição andarilha, que irá para a periferia, para o caminho dos miseráveis".

Bernardo Cabral entregou a Ulysses e a Mauro Benevides um volume encadernado do projeto, que ficou com 246 artigos distribuídos em nove títulos na parte permanente e mais 76 artigos na parte transitória. De amanhã até segunda-feira, a Constituinte estará realizando sessões para discussão do projeto e apresentação das emendas para o segundo turno de votação, a iniciar-se no dia 21. Tanto Cabral como Benevides enalteceram muito o trabalho de Ulysses. "Impossível imaginar a Assembléa Nacional Constituinte sem a presença de V.Exa." — disse o relator.

Ulysses retribuiu com elogios a Cabral e aos relatores-adjuntos José Fogaça (PMDB-RS), Konder Reis (PDS-SC) e Adolfo Oliveira (PL-RJ) que, por motivos de saúde, não compareceu à cerimônia. Exaltou também a atuação de Mauro Benevides, do presidente do Congresso, Humberto Lucena, e do presidente interino da Câmara, Homero Santos, bem como a colaboração dos líderes partidários — quase todos presentes. Depois, vendo o batalhão de repórteres, fotógrafos e cinegrafistas que se aglomerava à sua frente, começou a falar sobre a futura Constituição.

Disse que a Constituinte teve

a "coragem do ineditismo, da originalidade". No texto, segundo ele, há "fronteiras móveis, que vão avançar em direção aos oprimidos e marginalizados". Depois, começou a ressaltar alguns de seus pontos que considera mais importantes. "Instituímos uma democracia direta, representativa e participativa e que não ficará apenas como declaração de intenções. O povo conseguiu recapturar a sua soberania por intermédio do referendo e do plebiscito. Por meio desses instrumentos, a sociedade poderá declarar a nulidade de textos legais, não só por motivos constitucionais, mas também sociais. Será o supremíssimo".

Outra "premissa" por ele destacada foi a "reabilitação da geografia brasileira", mediante o fortalecimento da Federação, "que era apenas nominal". Com a distribuição de mais recursos para os Estados e os Municípios, a seu ver, "vai realizar-se o dogma de que onde está o povo deve estar o governo". O povo, segundo ele, está nos municípios. "Isso vai reverter a pirâmide que hoje gera a instabilidade política e que se assenta em Brasília, no Palácio do Planalto, e em um homem só: o presidente da República".

Ulysses ressaltou também os capítulos da Seguridade Social e da Previdência Social, que permitirão recuperar milhões de brasileiros que hoje não têm condição nem de exercer a cidadania. "A seguridade estabeleceu a universalidade do benefício e aproximou muito, em direitos, a população rural da população urbana".

"Sinto grande orgulho da futura Constituição", acrescentou. "Ela tem defeitos. Mas vamos corrigi-los. Vamos fazer um polimento. Passar uma lixa no texto..."

"mas com cuidado" — interrompeu-o o vice-líder do PT, José Genoino — "porque a lixa do Centro é muito perigosa".

"Vencemos o primeiro round", concluiu Ulysses. "O establishment, a inéria, o medo de avanços foi jogado às lonas. Quem vai ganhar a batalha é o povo brasileiro".



Ulysses exibe o trabalho de Cabral

Cabral: 95% não mudam.

Será muito difícil conseguir os 280 votos necessários para derrubar matérias aprovadas no primeiro turno. Convencido disso, o relator da Constituinte, Bernardo Cabral, acredita que 95% do projeto serão confirmados no segundo turno. As novidades, segundo ele, ficarão apenas na melhoria do texto, para evitar

contradições e excessos. Entre os pontos sobre os quais incidirão mais emendas, contudo, Cabral cita itens polêmicos como a licença paternidade, voto aos 16 anos, greve e turno de seis horas. Como quórum para mudar será difícil, Cabral prevê que qualquer alteração só será feita mediante acordos.

O 2º TURNO

A votação se inicia dia 21, mas já amanhã os constituintes começam as cinco sessões para discutir o projeto. Todos terão mais cinco dias para apresentar emendas e tentar acordos.

A série de cinco sessões para discutir o projeto de Constituição tal como foi votado no primeiro turno está marcada para começar amanhã. Depois disso, os 559 constituintes terão outros cinco dias para apresentar suas emendas — e, se todos lançarem mão de seus direitos, as emendas podem chegar a 2.236. Pelo menos o governo, as empresas nacionais e as multinacionais vão jogar alto para modificar vários pontos do projeto. As multinacionais, especialmente, estão dispostas a investir 2 milhões de dólares para interferir nos votos dos constituintes.

Os líderes do PMDB, Nélson Jobim, e do PFL, José Lourenço, já advertiram, contudo, que nada será alterado no segundo turno sem que seus partidos estejam de acordo. A posição das multinacionais foi classificada ontem por Jobim como "perigosa e ineficaz". E explicou: "Os deputados e senadores que estão analisando a mudança de votos em algumas questões, com base em argumentações técnicas e econômicas, agora poderão mudar de idéia para não serem apontados como cooptados ou comprados pelas multinacionais, lideradas pela Shell, Brascan e Xerox". Segundo Jobim, a intenção dessas empresas é "servir como anticorpo para as mudanças de votos".

De qualquer forma, Jobim e Lourenço parecem estar de acordo em um ponto básico: o segundo turno é decisivo. "Não se pode errar mais", disse Jobim. "Não adianta o PMDB querer uma coisa e o PFL outra. Se ambos não se entenderem, não vão conseguir nada", concordou Lourenço.

Para discutir tudo isso, Lourenço e Jobim se reuniram ontem

a portas fechadas. À saída, ambos deram versões diferentes sobre a conversa. Jobim esclareceu que o PMDB só vai negociar emenda por emenda depois que seus diversos relatores concluírem todo o levantamento das posições partidárias no primeiro turno. Lourenço, no entanto, diz já ter um pacote com cerca de 50 sugestões para apresentar hoje a Jobim.

Basicamente, as mudanças que interessam às multinacionais são a definição de empresa nacional, a preferência de empresas nacionais nas vendas ao governo, a questão mineral e o fim dos contratos de risco para exploração de petróleo.

As empresas privadas e as grandes empresas públicas também prometem pressionar para que o governo interfira nas votações do segundo turno. Acontece que 54% dos votos dados a anistia fiscal aos pequenos empresários foram de parlamentares que antes votaram pelos cinco anos — o que leva a supor que os governistas não conseguem um consenso em todas as questões de interesse do Palácio do Planalto. Portanto, o que vai valer nessa fase, segundo Jobim e Lourenço, são as posições dos dois maiores partidos.

Depois de todas essas discussões sobre o projeto, as emendas serão encaminhadas e o relator Bernardo Cabral deverá dar o seu parecer até dia 16.

Pelas previsões, a votação em segundo turno deve começar no dia 21 — data que só será confirmada se não houver atraso em nenhuma das etapas anteriores. A Mesa da Constituinte espera convocar sessões até nos fins de semana e feriados, mas dificilmente será conseguida maioria absoluta de 280 votos.